

Artigo

DIÁSPORA: PANORAMA DAS PESQUISAS E GEOPOLÍTICA

Danielle de Lame

p. 01-12

Como citar este artigo:

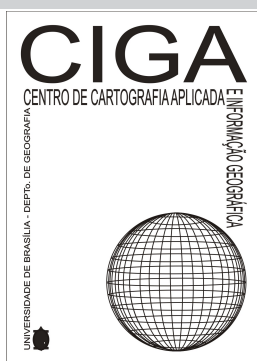
LAME, D. DIÁSPORA: PANORAMA DAS PESQUISAS E GEOPOLÍTICA.

Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território, v.3, n.2 (2012), p. 1:11
ISSN: 2177-4366. DOI: <https://doi.org/10.26512/ciga.v3i2.15440>

Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ciga/index.php/ciga/article/viewFile/158/121>

Este obra está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

revista



T - T - T

Revista Eletrônica:
Tempo - Técnica - Território,
v.3, n.2 (2012), p. 1:12
ISSN: 2177-4366

DOI: <https://doi.org/10.26512/ciga.v3i2.15440>

DIÁSPORA: PANORAMA DAS PESQUISAS E GEOPOLÍTICA

Danielle de Lame

Antropóloga Social do Museu Real da África Central,

Chaussée de Louvain 13, 3080 Tervuren

Tervuren, Bélgica

E-mail: danielle.de.lame@africamuseum.be

Agradecimentos

Eu agradeço a Universidade de Brasília e, principalmente, o Departamento de Geografia, pela honra que me é dada em iniciar essa importante conferência, assim como todas as pessoas que contribuíram para organizar minha vinda ao Brasil.

Agradeço o Professor Rafael Sânzio dos Anjos por permitir-me, graças ao seu convite, melhor conhecer o Brasil pelo qual tenho tanto apreço e apreciar as facetas múltiplas de um dinamismo social onde se cruzam todas as suas populações, por entre as quais as populações de ascendência africana, de ascendência parcial ou integral, que representam 47% da população brasileira. Logo, não se trata de uma minoria e sim, de um importante componente da população que, neste período de crescimento econômico, torna a entrar, junto com o Brasil, novamente no mundo.

Meu interesse pelo Brasil vem, primeiramente, do meu interesse pela África porque vejo, no Brasil, a expressão de uma África orgulhosa e digna expressada em sua coragem para o trabalho e na mundialização de suas produções culturais, mais especificamente, no caso do Brasil, da música, da dança e mais recentemente, da capoeira. Acrescento, a esta paixão espontânea que observo em muitos jovens europeus, minha convicção acadêmica de que estudos sérios em antropologia e em história comportem, inevitavelmente, uma dimensão de contato e de redes que vinculem as populações, frequentemente delimitadas artificialmente no espaço por necessidade da administração e pela comodidade das pesquisas. O dinamismo brasileiro me parece ser o produto histórico de relações comerciais onde os fatores políticos desempenham, como sempre, um papel importante. As populações negras e mestiças representam parte importante da sociedade brasileira não apenas pelo fato das classificações demográficas, mas sobretudo, por terem trazido ao Brasil suas culturas peculiares assim como sua coragem para lidar com a atroz adversidade do tráfico negreiro. A contribuição da África ao conjunto dos continentes é hoje reconhecida, e este reconhecimento é crescente e, no entanto, os descendentes daqueles que foram arrancados a suas terras continuam carregando os estigmas de uma inferioridade vinculada ao que lhes foi outrora imposto: a incapacidade de dispor de si mesmo, princípio próprio à escravidão, somente foi abolida, no Brasil, em maio de 1888. Os prejuízos para com as frações subalternas, que uma diferença de cor de pele pode facilmente tornar racial, associando, apesar da existência de uma elite afro-brasileira, esta cor à pobreza, a pobreza à falta de dignidade, resultam em boa parte, tanto do desconhecimento da história da África e da escravidão, quanto do desconhecimento da importância econômica da força de trabalho

de origem africana na história do país. Além disso, estes prejuízos testemunham de um conceito de “raça” hoje totalmente obsoleto, visto que, atualmente, todas as culturas evidenciam sua hibridez e sua maleabilidade. As pesquisas recentes, com relação a este conceito essencialista subjacente ao conceito de raça, apontam para o caráter construído – exterior e internamente – de todas as formas de identidade. É propício lembrar-nos, antes de adentrarmos o campo histórico, de W.E.B. Du Bois, sociólogo, historiador e romancista afro-americano e primeiro pesquisador a debruçar-se sobre a questão da diáspora africana, que cito aqui: “A raça deveria ser vista em seu conceito dinâmico, e não estático, as raças típicas estando em contínua transformação e desenvolvimento, mesclando-se e diferenciando-se... Nós estudamos a parte mais escura da família humana que nenhum traço físico nem nenhum traço mental separam da humanidade, mas que como massa, forma uma série de grupos sociais mais ou menos distintos na história, em sua aparência, em seus talentos e em suas realizações” (The Souls of Black Folk, 1903: 154). Tais considerações fizeram de seu autor um líder do movimento pan-africanista e do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos. Sob o paradigma atual da mundialização, estas considerações aproximam-se dos estudos culturais sobre os efeitos da hibridização da “mundialização” das culturas. A questão da diáspora negra poderia assim ser transformada. Surge então a questão das desigualdades sociais em que se encontram, sem distinções em essência, de grupos humanos articulados de formas diversas ao mercado. Isso nos remete, independentemente da cor da pele daqueles que estiveram implicados de uma maneira ou outra, a questão do tráfico de escravos que dispersou, entre os séculos XV e XIX, algo em torno de 12 milhões de africanos, dos quais de 10 a 20% faleceram durante a terrível travessia transatlântica. Este comércio, alastrado e praticado durante séculos, inscreve-se na continuidade de práticas de escravidão e servidão existentes no mundo e que, na Europa, por exemplo, na Suécia e na Escócia, mantiveram-se até o século XIX, implicando categorias pobres da população local. Este comércio intrínseco a primeira internacionalização dos mercados, resultante das descobertas coloniais, teve consequências de longo prazo sobre o desenvolvimento da África, assim como sobre as dinâmicas sociais nos países de importação. Se este último aspecto pode ser estudado recorrendo a fontes escritas e a análises econômicas, os aspectos africanos do tráfico negreiro e as consequências humanas da discriminação de um tipo peculiar que seguiram a escravidão são mais difíceis de serem estudadas.

Primeiramente, é preciso notar que o preconceito racial atrelado ao tráfico de escravos alastrou-se sobre a África em um tempo onde era praticado e ao qual se manteve ligada até muito pouco tempo atrás. A África, em desprezo da realidade, foi considerada como não possuindo história, apesar do tráfico de escravos (e antes dele, outros comércios) inscreveram-na radicalmente na história mundial, modificando então sua própria história. Os etnólogos, é preciso reconhecê-lo, contribuíram para a negação de sua história, com sua apresentação de uma África exótica e “tradicional” – palavra usada de modo a evitar abordar uma profundidade histórica e a possibilidade de inovações – com

suas “tribos” e “etnias” vistas como fechadas sobre si mesmas – o que exclui os contatos e as transformações, ao ponto de nem mesmo abordarem a sua história. Esta atitude, que havia desculpado as intervenções do tráfico negreiro, facilitou em seguida a colonização e a formatação administrativa das colônias. Se vozes tinham-se levantado contra a colonização, fizeram-se ouvir primeiramente nos Estados Unidos, onde, no entanto, o fim da discriminação legal somente foi adquirido por meio das lutas pelos direitos civis, em 1964, culminando, ainda posteriormente, na igualdade de direitos perante a lei. Os movimentos americanos de resistência à opressão, incluindo o pan-africanismo com suas referências a um universalismo negro às vezes fundamentado em uma África um tanto mítica, tiveram papel determinante no desenvolvimento dos nacionalismos africanos e no acesso às independências. Existia tanto nos Estados Unidos quanto nos países africanos às vésperas das independências (salvo o Congo belga), uma elite intelectual negra formada nas melhores universidades, principalmente na Grã-Bretanha, como Nkwame Nkrumah, por exemplo, primeiro presidente do Gana, país que ele havia levado a independência, e membro fundador da Organização da Unidade Africana. A Grã-Bretanha, apesar de fortemente implicada no tráfico de escravos, rapidamente considerou como ilegal a redução de africanos à escravidão em seu próprio território: quando chegado em solo britânico, o escravo comprado reencontrava sua liberdade. A Grã-Bretanha também foi o primeiro país a abolir o tráfico em 1808. Independentemente dos preconceitos raciais vinculados a preconceitos de classe, este país, assim como a França, ofereceu a possibilidade de acesso ao ensino para as elites de suas colônias. Estas elites, em concertação com os intelectuais americanos, se lançaram nas trilhas de uma história da África de nível acadêmico, contribuindo para a reabilitação da África na história humana, ao demonstrarem a inserção milenar do continente africano no mundo. Quando do seu discurso na Universidade Cheick Anta-Diop, em Dacar no Senegal, perante estudantes, docentes e personalidades políticas, em 26 de Julho de 2007, o então presidente da República Francesa Nicolas Sarkozy, ousou fazer ecoar teorias racistas dos séculos precedentes, ao afirmar que “o homem africano ainda não entrou assaz na História. [...] O problema da África é que ela vive demais o presente com a nostalgia do paraíso perdido da infância. [...] Neste imaginário onde tudo recomeça sempre, não há lugar nem para a aventura humana nem para a ideia de progresso.” Os historiadores africanos da África, não puderam deixar de reagir a este testemunho da ignorância, tanto do passado quanto do presente. Ainda resta muito a fazer.

Veremos adiante como se desenvolveu o conhecimento sobre o passado da África e do que convimos chamar de diáspora africana, antes de observarmos o que recobre esta noção de diáspora e como a África dos mitos se conjuga com a África da realidade para produzir história. Obviamente, não é possível entrarmos aqui e agora nos detalhes de uma longa e complexa história. Logo, abordarei sucessivamente e brevemente um esboço dos estudos relacionados ao tráfico de escravos e farei uma breve síntese de seus resultados; a origem dos africanos reduzidos ao status indiferenciado de mercadoria no processo do tráfico e os efeitos da extração demográfica sobre a África; as destinações

destes homens, destas mulheres e destas crianças; o papel do tráfico e das condições criadas pela escravidão na persistência de uma identidade africana que se reconhece sob o vocábulo de diáspora; as interações entre a África e esta diáspora e a posição peculiar do Brasil nestes aspectos.

Cada pesquisador é fruto de determinada época e contribui para a produção de sua época. A historicidade das produções científicas ocidentais relacionadas à África tornou-se mais manifesta à medida que se afrouxava o quadro intelectual colonial e historiadores africanos participam doravante da historiografia africana. Muitos dos primeiros trabalhos atribuídos a africanistas ocidentais em torno das independências questionam as relações de poder estabelecidas por meio de constrangimento, tentam evidenciar as ações coletivas locais perante a empresa colonial e reveem as categorias conceituais oriundas das relações coloniais e as transformações nascidas da confrontação à cultura ocidental. Não é surpreendente que os dois modos locais de articulação das relações de poder no período colonial, as identificações étnicas e as dinâmicas religiosas, tenham formado a vanguarda de uma re-historicização da África vitimada pela escravidão e colonização. Os intelectuais africanos almejavam, para restabelecer as perspectivas de suas próprias sociedades, recorrer às tradições locais para prestar socorro à história e fazer da história um suporte de legitimidade. Como o destacam Jewsiewicki e Mudimbe, a história visava devolver aos africanos “o direito à universalidade e, com isso, o reconhecimento das contribuições africanas à composição da humanidade” (Jewsiewicki & Mudimbe, 1993:1). O empreendimento dos intelectuais africanos inspirava-se no ativismo da diáspora para reconstruir uma história factual da África, e também para fundamentar uma legitimidade nas “tradições”, projetando um passado glorioso para um futuro que se almejava luminoso (ibid.). Estas obras estavam por vezes inseridas no pesado contingente de uma tradição etnográfica idealista. Os intelectuais africanos, frequentemente vítimas das armadilhas desta tendência, abriam, no entanto, desse modo, um caminho consistindo em recorrer às tradições orais para escrever a sua história, sempre que entendiam se reinserir na história universal. O fato de recorrer a estas fontes colocava a questão da construção e da transmissão das fontes, o que acarretava no uso de fontes materiais ou linguísticas para finalidades críticas ou de contextualização, e introduzia a dimensão interpretativa na historiografia. Dessa maneira, o contexto sociocultural da produção de dados tornava-se um elemento de sua compreensão e de sua crítica. Desde 1961, Jan Vansina (historiador de origem belga) elaborava os métodos próprios para a utilização das tradições orais como fonte histórica e desatava o mal entendido segundo o qual a África não teria história por não possuir história escrita. O estudo da África – e sem dúvida o de outras sociedades de tradição oral – renovou a disciplina histórica, ao reintroduzir a palavra e as práticas sociais como fontes de história, aproximando-se da antropologia, e afastando-se de considerações filosóficas para interessar-se na observação das sociedades no longo prazo, fundindo-se no “longo prazo” das transformações, como suporte para uma compreensão intercultural e a séculos de distância ao mesmo tempo. A questão do tráfico de escravos, tomada

como fenômeno social e econômico, foi central no desenvolvimento de uma história da África, por vários motivos. Por um lado, na diáspora colocava-se a questão de uma origem cuja função era salvar, ou ao menos compensar, uma situação dificilmente suportável; por outro lado, na leitura marxista na qual se inseria a historiografia das independências, a diáspora apresentava fatores econômicos e sociais em aparente continuidade com relação ao fenômeno colonial com a qual partilhava a exploração. Ademais, a questão era colocada para avaliar as consequências do tráfico negreiro no continente africano. As questões metodológicas (utilização de fontes orais e de testemunhos vivenciados, consideração de subjetividades) e as questões historiográficas (conhecimento da África) se entrecruzavam e iam ao encontro da busca das origens das populações deslocadas à força. Os primeiros trabalhos sobre o tráfico de escravos, na continuidade das pesquisas iniciadas pelos abolicionistas americanos (Dunbar, e em seguida W.E.B. Du Bois) trataram do tráfico transatlântico. Os trabalhos mais conhecidos, que suscitaram numerosas pesquisas, pertencem ao historiador americano Philip Curtin, com uma primeira publicação em 1969. Os trabalhos ulteriores, do mesmo historiador sempre disposto a rever suas conclusões à luz de elementos novos, assim como os trabalhos de outros historiadores, todos extremamente minuciosos em seu exame das fontes, foram sintetizados por Paul Lovejoy em 1989. A primeira questão crucial, do ponto de vista histórico, é evidentemente a do volume do tráfico, pois é do número de pessoas extraídas do continente africano que depende o impacto do tráfico neste continente. As notas de embarque das mercadorias nos principais portos implicados no tráfico transatlântico (Bristol, Liverpool, Nantes, Rio de Janeiro), os documentos dos entrepostos comerciais africanos, assim como das plantações no novo mundo, permitem atualmente estipular, após minuciosas pesquisas, que entre 11 e 12 milhões de africanos foram retirados de seu continente de origem entre o século XV e o final do século XIX para alimentar o tráfico transatlântico e que 10 a 20% destes, em função da época, faleceram durante a viagem efetuada em condições atroz. O tráfico transatlântico apresentava-se sob duas formas: o comércio triangular e o tráfico direto entre o Brasil e o centro-oeste africano, Congo e Angola, para onde eram encaminhados escravos oriundos de Moçambique. De modo muito esquemático, os escravos eram embarcados nos portos da costa ocidental da África em troca de bens manufaturados na Europa, ou até mesmo produzidos nas plantações (álcool de baixa qualidade). Os escravos que haviam sobrevivido à viagem de seis a oito semanas eram desembarcados nos diferentes portos americanos e colocados à venda. Os navios seguiam então para Europa com produtos das plantações. Outra rota do tráfico ligava diretamente a África central ocidental ao porto do Rio de Janeiro. **Projeção.**

Os estudos mostraram as variações do tráfico no decorrer dos séculos, tanto no volume quanto na origem e no destino dos escravos. Pode-se, de modo geral, distinguir três períodos em função da importância do tráfico: o tráfico ocidental atingiu seu apogeu entre 1650 e 1690; o tráfico oriental se estendeu entre 1780 e 1840; o mercado africano de escravos esteve em seu apogeu entre 1830 e 1860. O tráfico entre a África e o Brasil manteve-se até 1850, a escravidão em si sendo abolida em 1888. Apesar da ênfase

atribuída muitas vezes à proveniência do golfo do Benim e à baía do Biafra (Nigéria), parece atualmente estabelecido (Richardson, 1989, J.A.H.) que uma grande proporção de escravos provinha da África central ocidental, com consequências importantes para a economia desta região. **Tabela p.10.** As variações da demanda e dos preços no decorrer do tempo resultavam das circunstâncias como, por exemplo, uma demanda importante para as minas (no *hinterland* do Rio de Janeiro¹) entre 1690 e 1720. Para avaliar as consequências do tráfico de escravos das quais padeceu o continente africano, convém incluir o tráfico de africanos provenientes do leste do continente, assim como o tráfico em direção à Ásia e à Arábia e os deslocamentos no interior do próprio continente africano. Patrick Manning, autor de uma síntese solidamente fundamentada pelos trabalhos dedicados mais especificamente a uma região e a um período determinado, estipula (Manning, 1990:104) a 12 milhões o número de escravos partidos com destino às Américas, a 6 milhões o número de escravos deportados para o Oriente e a alguns 8 milhões o número de escravos na África, para o período de 1500 a 1900. Para este autor, que busca sensibilizar um público acadêmico amplo, apresentando um panorama geral das questões ligadas ao tráfico de escravos, este comércio constituiu o mercado mundial do trabalho forçado, as mudanças na oferta e na demanda por uma “mercadoria” mais variável do que ouro ou grãos, afetando os preços no conjunto da rede, assim como os destinos e proveniências, dado que em função das circunstâncias e dos preços, o fornecimento variava. Os homens e mulheres (aproximadamente uma relação de dois homens para cada mulher) comprados em regiões costeiras da África provinham, mais geralmente, das regiões interioranas a proximidade da costa (*hinterland* costeiro), mas também de regiões mais distantes, com traslado de 100 a 600 km em caravanas a pé. Isto reduzia o número de crianças postas à venda. Os escravos eram obtidos por meio de guerras (eventualmente organizadas com a finalidade de capturar escravos), por meio de rapto individual ou por meio de compra de seu proprietário. Neste processo, a história da África vinculou-se claramente a história do mundo, por um mercado que afetava diversas regiões, todas vinculadas entre si por meio do tráfico e pelos aspectos financeiros vinculados às flutuações locais que repercutiam sobre o conjunto, até a abolição gradativa da escravidão. Os estados Unidos e o Brasil foram abastecidos com uma importante parcela de sua população, ao mesmo tempo em que a África era afetada de diversas maneiras pela perda ou deslocamento de suas populações. A supressão do tráfico transatlântico cortou o continente africano do mercado mundial de mão de obra no momento em que o continente se inseria no mercado de outros produtos. A abolição do tráfico transatlântico não pôs fim ao tráfico: a procura e o comércio de escravos mantiveram-se na África com picos atingidos no final do século XIX, visto que os escravos podiam doravante constituir uma força de produção de bens para exportação. A escravidão se transformou então na África, ao passo em que transformara o

¹Parece a autora, ao se referir ao “*hinterland* do Rio de Janeiro” estar se referindo à região “interior”, “atrás” do Rio de Janeiro, a Minas Gerais. Nota do tradutor.

continente durante séculos. Nas regiões de exportação e nos seus interiores anexos (*hinterland*), as figuras dominantes haviam sido senhores da guerra e mercadores; no século XIX, os proprietários de escravos e de terras, assim como os mercadores de produtos locais tornaram-se os novos senhores (Manning, 1990: 107). Como o destaca Manning, esta evolução preparou o caminho para a exploração colonial, por meio das instituições e das dinâmicas estabelecidas em resposta à demanda ocidental por produtos africanos. As modalidades brutais da colheita da borracha no Congo Free State de Léopold II somente podem ser compreendidas na continuidade das violências escravocratas. Paradoxalmente, a perseguição à prática da escravidão na África serviu por vezes de justificativa para a empreitada colonial, que se apresentava como uma luta contra a escravidão.

O procedimento comandava a amnésia com relação ao tráfico de escravos dos quatro séculos anteriores e, desse modo, a amnésia em relação à contribuição da África à economia mundial, além da amnésia no que tange as consequências do tráfico para o continente africano.

Esta perda não se mensura apenas em termos demográficos, quanto mais em termos de trocas pouco favoráveis para a África. O tráfico acarretou violências, às vezes sob a forma de guerras, por vezes entre populações próximas, deslocando redes familiares e criando novas formas de poder baseadas seja no comércio, seja na posse de escravos. Manning estipula que a mentalidade foi afetada nas regiões onde o tráfico criava uma desconfiança contínua e limitava as perspectivas de progresso para uma grande parte da população sempre sob a ameaça de ser capturada. A escravidão suscitou também deslocamentos de populações buscando se proteger em lugares afastados, revoltas em terra e a bordo de navios negreiros: neste último caso, aproximadamente em um a cada dez navios (Richardson, 2003 (in Diouf, ed.): 203). As revoltas e resistências foram exportadas juntamente com os escravos. A consequência das revoltas era um exílio duplo, com a revenda dos escravos a um segundo ou terceiro dono, de preferência em uma região diferente. Os laços de origem eram geralmente quebrados na chegada, mas novas solidariedades recriavam-se, no seio da própria escravidão ou em situação de fuga. Estas fugas deram origem, no Brasil, aos Quilombos. As reuniões de escravos, por exemplo, aos domingos, serviam de oportunidade para desenvolver, em escala maior, culturas originais marcadas pelas instituições das regiões das quais se originavam os escravos, se considerarmos as origens diversas reunidas e o destino compartilhado. As reuniões religiosas forneciam ocasiões lícitas para se reencontrar e evocar temas comuns, temas que foram mantidos pela diáspora africana nos Estados Unidos: a dureza do trabalho, a libertação, o retorno à terra prometida. A partir de 1688, data em que os Quakers da Pensylvania condenaram a escravidão, até a abolição da escravatura no Brasil dois séculos mais tarde, uma longa história fez alternar medidas nacionais de abolição da escravidão e de abolição do tráfico negreiro. No entanto, estas medidas não resolveram nem a questão da integração dos escravos libertados nem a questão do racismo que mantinha as pessoas de origem africana na condição de mão-de-obra

barata. Algumas tentativas ocorreram: assim, a partir de 1821, associações como o American Colonization Society, e outras associações americanas do mesmo tipo, desenvolveram a Libéria, que se tornou independente em 1847 e que gerencia, até hoje, as consequências desta colonização. A Serra Leoa tornou-se uma região de refúgio para os escravos capturados pelos britânicos após sua interdição do tráfico em 1808. Assim, dos dois lados do Atlântico, as heranças do tráfico negreiro são diversas e variam em função da maneira pela qual, em função dos lugares e períodos, os homens, mulheres e crianças, importados da África, foram socializados localmente e se tornaram livres, da maneira pela qual se misturaram, se integraram e acolheram os migrantes mais recentes, até os dias de hoje. Estes novos migrantes foram numerosos e de origens diversas, e não correspondem ao clichê veiculado pelo racismo persistente. Como o destaca o pesquisador africano Zeleza (2005: 62), os intelectuais africanos imigrados para os Estados Unidos constituem a camada da população americana (indígena ou imigrada) com mais alto nível de instrução formal do país.

Como então tratar da questão da diáspora africana tal como foi apresentada por Paul Gilroy, autor da obra academicamente mais popular sobre o assunto, “Black Atlantic. Modernity and Double Consciousness”? Apesar de Gilroy recomendar uma des-essencialização da noção de raça, ele não evita, ao que parece, uma essencialização da diáspora, que ele tende a homogeneizar e a reduzir a realidade norte-americana. Pode-se compreender a popularidade da obra à luz das suas ambições teóricas que o situam na corrente culturalista em alta na “intelligentsia”. A perspectiva é, no entanto, interessante pelo fato dela “situar o mundo do Atlântico negro em uma rede de varias redes, entre o local e o mundial...” (Gilroy, 1993: 29). O Atlântico negro de Gilroy, com a “consciência dupla” que ele retoma de W.E.B. Du Bois, apesar de apresentar características distantes da realidade brasileira, permite, por meio de contraste, perceber alguns aspectos da situação no Brasil. A ideia de uma “pureza” avaliada em relação a uma percepção essencializada das “tradições” africanas, já me parece de antemão estrangeira à realidade brasileira, onde o sincretismo assumiu a forma de norma por entre as populações de origem africana. Este aspecto não está ausente, por exemplo, nas culturas desenvolvidas no sul dos Estados Unidos, mas lá, uma cultura política de minoria tornou evidente um passado comum africano ligado à escravidão. Este aspecto se encontra, por exemplo, na busca de “raízes”, para retomar o título de uma obra e de um filme famoso. Segue também uma mitificação da África, eleita “mãe pátria”, como base para reivindicações ancoradas no presente, mas remodelada a medida do pan-africanismo, fazendo da escravidão uma aberração da grandiosa história da África (Gilroy, 1993: 189). Tal visão pode ancorar, e continua a inspirar, uma cultura política vinculada a construções memoriais com aspectos privados e também coletivos. Ela está, notadamente, no plano de fundo das reivindicações para a compensação pela escravidão, formuladas na conferência de Durban, na África do Sul, em 2001. De maneira paradoxal, estas representações, que desprezam a história, negam a antiga inserção da África na história mundial. Se, para Gilroy, a diáspora “marcou o povo

negro como primeiro povo moderno da história” (1993: 221), podemos nos opor a esta ideia argumentando que não se trata de um povo, e que as diásporas, africanas e outras, são múltiplas. As preocupações teóricas, americanas e acadêmicas desencarnam as experiências múltiplas das diásporas, enquanto que ele cita um autor de rap: “My nationality is reality” (Kool G. Rap). Trata-se de um retorno à realidade realizado pelo cosmopolita africano Paul Zeleza. Este autor tem o grande mérito de retornar às realidades da África atual, qualificadas por ele como existenciais e urgentes, destacando ao mesmo tempo a quase hegemonia anglo-saxônica (norte-americana e britânica) dos estudos sobre a diáspora. Além disso, ele destaca, e eu me vinculo a esta posição, que as diásporas são múltiplas, híbridas, em constante transformação, pela junção ou separação de seus elementos, até desaparecerem às vezes enquanto diáspora, notadamente, pela integração das populações concernidas. Zeleza propõe uma definição da diáspora “que não seja nem específica e nem ampla demais”: “uma identidade diaspórica implica em uma consciência de grupo historicamente constituída por meio de uma cultura expressiva, de políticas, de um pensamento e de uma tradição nas quais recursos de experiências e de representação podem ser mobilizados, referindo-se tanto ao velho quanto ao novo mundo”. (zeleza, 2005; 41). E destaca não apenas a diversidade das diásporas – incluindo as asiáticas e as europeias, salientando o imperialismo norte-americano do culturalismo restrito de Gilroy. No contexto histórico, as populações negras dos Estados Unidos, do Caribe e de várias outras regiões se implantaram de forma diferenciada em seus respectivos países de destino. Quanto ao Brasil, e ao seu interior, casos tão diferentes quanto os de Salvador e de São Paulo estudados por Kim Butler (1998), ilustram bem a importância do fator demográfico na integração social das populações de origem africana. Acho surpreendente, até hoje, como o revela a enciclopédia *on line* Wikipedia consultada por todos, a história do Estado de Pernambuco proposta por esta enciclopédia não articular, de modo algum, as dinâmicas sociais entre grupos de populações de origens diferentes, salvo para mencionar que ali encontramos o carnaval mais autêntico do Brasil. O passado desapareceu desta apresentação e o presente foi destituído de sua profundidade. Logo, busquei em outro lugar informações sobre o Quilombo dos Palmares. Desta vez, todos os sites estão em português. Os estudos mais interessantes sobre o Brasil estão em português, o que pode ser defendido, mas suporia então uma mais ampla difusão junto ao público cultivado do país. O plurilinguismo se impõe no campo dos estudos comparativos e passa por uma colaboração com especialistas das línguas e das culturas africanas, e vai muito além. Uma difusão popularizada de trabalhos sérios também é necessária para favorecer uma integração social que corresponda à identidade nacional. A apresentação, por exemplo, da história da repressão da revolta do quilombo de Pernambuco² também me surpreendeu pela falta de articulação das dinâmicas sociais e pelos seus aspectos fatuais enunciados no final do texto sob forma de cronologia. Uma definição dinâmica das diásporas e o fato de levar em conta as numerosas situações, me parece particularmente útil no caso do Brasil que adentra a economia mundial com um componente africano importante e uma cultura que torna supérfluo, para seus cidadãos de origem africana,

² Em <http://www.portaldosaofrancisco.com>

recorrer a uma África mítica. O Brasil, com sua importante proporção de africanos-brasileiros, apresenta-se ao mundo com sua cultura africana de música, dança e religião, oferecendo ao mundo seus sincretismos como imagem de futuro para todos com, em plano de fundo, as favelas popularizadas como locais iniciais desta cultura e locais de vida simples e livre desta febre consumidora. Esta imagem de uma contracultura não violenta atraem simpatias que não dispensam estudar o passado e o presente de sua produção ou seu papel na integração social. A Organização Internacional do Trabalho, criada em 1919, pode ser vista como uma herança mundial de uma longa luta contra o trabalho forçado, a escravidão sendo sua forma extrema. Uma herança mais modesta, mas tão respeitável quanto, são os quilombos brasileiros de hoje, testemunhas da resistência e portadores de uma cultura peculiar que implica de modo bem contemporâneo laços peculiares com a terra que eles ocupam, no momento em que a mundialização padroniza os títulos de propriedade. Os trabalhos do Professor Rafael Sânzio são representativos destas pesquisas multi-sítios e pluridisciplinares necessárias para abordar uma história das comunidades oriundas dos deslocamentos forçados. Enxergá-los como memória concretizada da deportação para fora da África central não é o projeto desses trabalhos, mas respeitar um modo de vida que os quilombolas desenvolveram em durações variáveis, sobre a base de normas próprias, que podem deixar para trás ou preservar, em função de suas vontades e de seus meios. É, sem dúvida, necessário pleitearmos em favor de um melhor conhecimento da história africana, para além dos clichês, no momento em que a África livra-se de sua pós-colonialidade para abraçar a modernidade globalizada. Nesta empreitada de restituição do passado, a compreensão das dinâmicas internacionais de uma época torna-se crucial, assim como o é o conhecimento da África, ainda insuficientemente ensinada e promovida juntamente a um público amplo. Os trabalhos do Professor Rafael Sânzio agregam, a uma apresentação clara, aspectos visuais muito respeitosos, que podem contribuir ao alcance de um público mais amplo e, simultaneamente, promover o conhecimento. Em resposta a alocução de Nicolas Sarkozy em Dacar, historiadores franceses redigiram um manual de história da África destinado ao uso escolar. Os museus dedicados à África ainda são frequentemente orientados mais pela estética dos objetos do que pelo estudo do contexto de sua produção; nesse sentido são os herdeiros do essencialismo dos séculos passados. É provavelmente por meio do entusiasmo pela África atual e por meio das representações visuais fornecidas pelos seus artistas que se despertará o interesse pelo continente africano e que desaparecerão os estigmas de uma África miserável e radicalmente outra. A promoção do conhecimento da África é essencial e é inseparável do conhecimento da história mundial. O tráfico de escravos inseriu-se simultaneamente nos particularismos locais e nas interações econômicas mundiais. As antigas cidades europeias vinculadas ao tráfico como Bristol e Liverpool na Grã Bretanha abriram, ou projetam abrir, museus destinados à compreensão do comércio de seres humanos. A cidade de Nantes, na França, inaugurou em março deste ano um memorial da abolição da escravidão. Para estarem completos, estes trabalhos teriam de abordar a complexidade dos mundos africanos transformados à medida de sua

integração neste tráfico e abandonar um ponto de vista centrado na Europa. A disponibilização dos documentos relativos à história da África central é uma das tarefas principais do Museu real da África central em Tervuren, em uma perspectiva de desenvolvimento e respeito de todos, desde oficinas para crianças, até pesquisadores universitários, estamos felizes em acolher todos aqueles que se interessam pela vida social da África, no longo prazo e em um presente fervoroso. Muito obrigado pela atenção de vocês.